

ENSINANDO FRONTEIRAS

PROJETOS ESTATAIS, REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS E INTERCULTURALIDADE

ADRIANA DORFMAN
ROBERTO FILIZOLA
JULIAN MOKWA FÉLIX (ORGS.)



ENSINANDO FRONTEIRAS

Projetos estatais, representações sociais
e interculturalidade

≈

Adriana Dorfman, Roberto Filizola
e Julian Mokwa Félix (orgs.)



2021

Licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0: Permitida a cópia e o compartilhamento, desde que citada a fonte. Proibidas alterações e comercialização.



Edição

Editora Diadorim
Editora Letra1

Revisão

Julian Mokwa Félix

Capa e Editoração

Studio I

Foto da capa

Construção da Ponte Internacional da Amizade (BRA/PAR), 1960

EDITORA LETRA1

Conselho Editorial

Anderson Zalewski Vargas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Hernan Venegas Marcelo
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Marcelo Jacques de Moraes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Márcio Silveira Lima
Universidade Federal do Sul da Bahia

Miriam Gárate
Universidade Estadual de Campinas

Regina Zilberman
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E59 Ensinando fronteiras: projetos estatais, representações sociais e interculturalidade / Adriana Dorfman ... [et al.] ; organizado por Adriana Dorfman, Julian Mokwa Félix, Roberto Filizola. - Porto Alegre : Editora Letra1 ; Editora Diadorim, 2021.

350 p. ; 16cm x 23cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-990234-6-0 – DOI 10.21826/9786599023460

1. Biografia. I. Dorfman, Adriana. II. Brambilla, Chiara. III. Furnish, Daniel. IV. Velozo, Edgar Garcia. V. Sturza, Eliana Rosa. VI. Kralovec, Etti. VII. Leloup, Fabienne. VIII. Nunes, Flaviana Gasparotti. IX. Lara-Valencia, Francisco. X. Zanini, Geisa Rorato. XI. Rockenbach, Igor Armindo. XII. Coronado, Irasema. XIII. Tallei, Jorgelina. XIV. Albuquerque, José Lindomar. XV. Félix, Julian Mokwa. XVI. Amato, Laura Janaina Dias. XVII. Bohrer, Marcos. XVIII. Kaercher, Nestor André. XIX. Silva, Regina Coeli Machado e. XX. Filizola, Roberto. XXI. Brochado Rubín, Maria del Rosario. XXII. Considère, Sylvie. XXIII. Yaar-Waisel, Tal. XXIV. Payan, Tony. XXV. Santos, Zuila Guimarães Cova dos. XXVI. Título.

2021-726

CDD 920 CDU 929

Bibliotecário Vagner Rodolfo da Silva – CRB 8/9410

Este livro foi publicado com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com recursos do Programa de Excelência Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/PROEX). As opiniões aqui expressas são de responsabilidade exclusiva dos autores e não refletem, necessariamente, posições da CAPES ou da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



Av. Bento Gonçalves, 9500, prédio 43.136, sala 212, campus do Vale, UFRGS
Porto Alegre, 991501-970, Brasil
<http://unbral.nuvm.ufrgs.br> | unbralfronteiras@ufrgs.br

Versão digital disponível em <http://unbral.nuvm.ufrgs.br/site/index.php/publicacoes>

ENSINANDO FRONTEIRAS
Projetos estatais, representações sociais
e interculturalidade

COMO PESQUISAR A FRONTEIRA PELAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS¹

SYLVIE CONSIDÈRE

Professora na Escola Superior de Professorado e Educação de Lille (França)
sylvie.considere@espe-Inf.fr

FABIENNE LELOUP

Professora da Universidade Católica de Louvain (Bélgica)
fabienne.leloup@uclouvain.be

Na fronteira franco-belga

A despeito dos 24 anos de programas de cooperação trans-fronteiriça e das várias décadas de uma Europa de livre circulação de bens, capitais e pessoas, o ano de 2015 freou, na União Europeia, a banalização da abertura, ou mesmo do apagamento das fronteiras interestaduais. Barreiras e controles tornaram-se visíveis, incluindo as fronteiras internas do Espaço Schengen², e especialmente a franco-belga.

No entanto, mesmo antes dessas intervenções – as pesquisas realizadas e utilizadas no presente trabalho datam de 2014 e 2015 –, as práticas e as representações das fronteiras pelas populações que nelas habitam permaneciam fortemente marcadas pela presença de uma fronteira “clássica” no sentido westfaliano do termo, isto é, uma descontinuidade que delimita linearmente o território do Estado e de sua soberania, que distingue o aqui de outro lugar, o nativo do estrangeiro.

Certamente, as fronteiras – assim como os territórios – podem ser consideradas como objetos político-geográficos, históricos,

1 Uma versão anterior deste texto foi publicada com o título “*Comment interroger la frontière par les représentations sociales*” em Considère S. e Perrin, T. *Frontières et représentations sociales. Questions et perspectives méthodologiques*, coll. Académie, Louvain-la-Neuve, L’Harmattan, 2017. Tradução para o português de Alex de Cassio (UFRGS), Anna Carolina Teles (UFRGS) e Gilmar Taufer (UFRGS). Revisão de Patrícia Reuilard (Dra. em Letras e Professora do Depto. de Línguas Modernas da UFRGS) e Adriana Dorfman (Dra. em Geografia e Professora do Depto. de Geografia da UFRGS).

2 N.T.: Como é conhecida a área abrangida por um acordo de livre circulação de pessoas pelas fronteiras de 30 países europeus.

apreensíveis de maneira externa e positivista. Mas territórios e fronteiras também podem ser abordados como construções de que grupos sociais se munem para garantir a própria existência (Rouvière, 2013; Kolossov, 2005). Então, seu estudo precisa examinar a forma como esses grupos e seus membros representam a si mesmos, mas também, sobretudo, como eles percebem suas relações com o Outro, o Vizinho. Adotamos essa segunda perspectiva e assim nos colocamos em um paradigma socioconstrutivista, segundo o qual as relações que os indivíduos mantêm com os objetos à sua volta influem sobre a maneira como constroem o significado das coisas.

Integrando os trabalhos do IFD (Instituto franco-belga de Fronteiras e Descontinuidades), realizamos duas pesquisas relativas a uma díade da fronteira entre a França e a Bélgica. O objetivo deste capítulo é mostrar como pesquisar representações sociais da fronteira a partir de um experimento desenvolvido na referida fronteira. Nossa análise é baseada nos resultados dessas pesquisas. Em um primeiro momento, explicamos como a questão da representação é colocada na discussão da fronteira, depois apresentamos brevemente os desafios metodológicos que surgiram. Em seguida, abordamos o cerne de nossa comunicação e apresentamos os resultados das duas pesquisas sobre a fronteira em geral e a franco-belga em particular. O objetivo é cruzar os resultados a fim de deduzir deles um conjunto de contribuições a respeito da representação da fronteira e, por conseguinte, sobre a forma de estudá-la e ensiná-la.

As representações sociais

O ponto de partida dos dois estudos realizados baseia-se na ideia de que cada indivíduo constrói as práticas do espaço em que vive de acordo com a interpretação que tem daquilo que percebe. Para conceber nosso mundo como uma entidade inteligível, somos obrigados a separar, guardar e organizar nossas percepções. Elas remetem a captações pelos sentidos: as representações são construções complexas. Concebemos nosso mundo em função do sistema cognitivo de que dispomos e construímos aquilo que psicólogos e sociólogos chamam de “sistemas explicativos ingênuos”,

são nossas representações (Moscovici³ *apud* Jodelet, 2014; Abric, 1994). O ato de pensamento que leva a construir tais sistemas explicativos alimenta-se daquilo que vemos, ouvimos e sentimos diretamente, mas também do que nos foi ensinado, dos saberes da experiência, dos valores que nos foram transmitidos, das influências familiares e sociais que circulam nos grupos a que pertencemos. Essas construções fabricam nossas opiniões e guiam nossas maneiras de refletir sobre aquilo que nos rodeia. As representações são, portanto, individuais, porque construídas pelos indivíduos, mas também sociais, porque construídas sob a influência de outros indivíduos. São tanto o material que alimenta o modo de pensar dos grupos quanto a matriz que orienta a maneira de cada um construir a interpretação que faz para si do mundo e que condiciona seu comportamento no interior desses grupos e nos espaços de vida em que atua. Embora as representações sejam construídas em um ato de pensamento, o indivíduo não é totalmente consciente dele. Sabemos, de modo geral, expressar nossas opiniões, descrever nossas crenças, afirmar nossos valores, justificar nossas práticas espaciais, mas não sabemos, espontaneamente, explicar seus fundamentos. Abric (1994) e Flament (2014) mostraram que as representações se estruturam em duas entidades interligadas, um núcleo central e uma zona periférica. O núcleo central abriga elementos sólidos, aos quais o indivíduo se apegam: ideologia, valores, crenças, normas. Esses são os recursos de seu envolvimento pessoal. O núcleo central deve ser suficientemente sólido, rígido para assegurar a identidade e a coesão do grupo. Por isso, ele é difícil de modificar, qualquer alteração pode desestabilizar a estrutura. A periferia é mais flexível. É ela que absorve os desentendimentos que podem surgir na interação com a realidade (Flament, 2014). Para o indivíduo, os elementos periféricos, chamados esquemas, desempenham o papel de quadros para interpretações rápidas das situações encontradas na realidade. Com efeito, esses esquemas indicam o que é normal e agem sem recorrer ao princípio organizador do núcleo central. São eles, sob a influência do núcleo central, que nos permitem escolher – sem

3 MOSCOVICI, S. Des représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une Histoire. Paris, PUF, 1989.

pensar a respeito – as condutas adaptadas ao nosso ambiente socioespacial. As práticas espaciais e as diversas experiências interpretadas do mundo forjam representações de espaços, não apenas geográficos, mas também espaços sociais e psicológicos, dos quais o indivíduo mal tem consciência: vivemos em nosso mundo sem nos perguntarmos o que guia nossas ações, nossas escolhas. Nossa pesquisa pretende investigar precisamente as representações que informam sobre os motores discretos que nos motivam a atuar em nossos espaços de vida de uma maneira ou de outra.

Uma pesquisa em busca das representações sobre a fronteira

Contexto

A pesquisa tratou das dinâmicas locais transfronteiriças e foi aplicada a uma díade da fronteira franco-belga, especificamente a região de Hauts-de-France, na França e as províncias de Hainaut e Flandres ocidental, na Bélgica. Ela foi composta por duas pesquisas: o estudo das representações cidadãs dentro da Eurometrópole Lille-Kortrijk-Tournai, realizado como parte da pesquisa “As representações políticas e cidadãs no âmbito da Eurometrópole (RPCFE)”⁴, encomendado pela região Nord-Pas-de-Calais; e a pesquisa “Estudantes e fronteira” que a precedeu e constituiu sua fase exploratória. Essa pesquisa foi realizada como parte de um projeto transfronteiriço, apoiado pelo programa europeu Interreg IV⁵, iniciado por um consórcio acadêmico: as universidades da comunidade universitária (ou COMUE, como são denominadas tais comunidades) de Lille Nord de France; a Katholieke Universiteit Leuven Campus Kortrijk, em Flandres; e a Universidade Católica de Louvain, campus Mons, na Bélgica francófona (UCL Mons). O estudo abrangeu 79 estudantes da COMUE ou da UCL Mons, em diferentes etapas da formação, entrevistados entre fevereiro e outubro de 2014 (figura 1).

4 N. T.: No projeto de pesquisa RPCFE – Représentations Politiques et Citoyennes de la Frontière dans le cadre de l’Eurométropole, do IFD, Université d’Artois, 2015.

5 N.T.: Parte de um amplo projeto de coesão, com ações conjuntas e intercâmbio de políticas entre os países membros da União Europeia, dividido em três vertentes: transfronteiriça, transnacional e inter-regional.

Figura 1 - Quadro da amostra do estudo qualitativo

	Grupo	Questionários
Fevereiro de 2014	2° ano da graduação em Geografia, Universidade de Artois (França)	11
Fevereiro de 2014	2° ano da graduação em Ciências Políticas, UCL Mons (Bélgica)	16
Abril de 2014	2° ano da graduação em Ciências da Gestão, UCL Mons (Bélgica)	9
Mai de 2014	1° ano da graduação em Sociologia, Universidade de Lille (França)	7
Junho de 2014	1° ano do mestrado em Ensino, ESPÉ ⁶ Lille (França)	21
Outubro de 2014	2° ano do bacharelado em Ciências Políticas, UCL Mons (Bélgica)	15
Total		79 (40 belgas e 39 franceses)

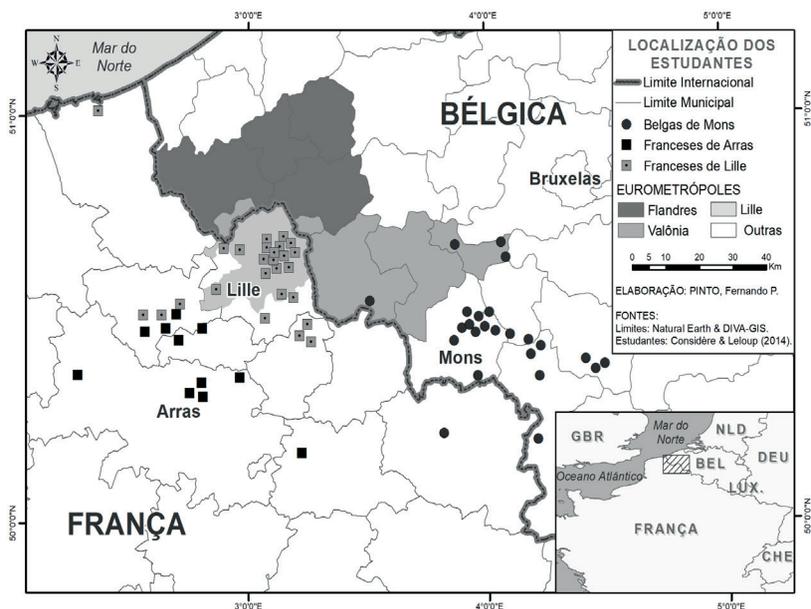
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A esse número mais restrito de indivíduos foi aplicado um questionário qualitativo aberto, cujo processamento nos permitiu construir o questionário majoritariamente quantitativo proposto pela Eurometrópole. Alguns estudantes entrevistados vivem dentro da Eurometrópole, outros transitam na região fronteiriça (Ar-

6 N.T.: Escolas Superiores de Ensino e de Educação, integradas às universidades na França, são formadoras de professores do ensino primário e secundário.

ras fica a 75 km da fronteira, Lille, a 25 km e Mons, a 17 Km) (figura 2). Eles representam um grupo homogêneo na medida em que todos cursam estudos superiores, na França ou na Bélgica. Estão familiarizados, de formas diferentes, com os conceitos aqui discutidos, dependendo se cursam Geografia, Ciências Sociais ou a formação polivalente. Os da ÉSPÉ, desde que terminam o ensino médio, não estudam mais Geografia. Em comparação com os outros alunos, eles representam um grupo de “controle”, que mostra um nível de conhecimento mínimo do tema, equivalente àquele do final do ensino médio. Além dessa pesquisa, diversos trabalhos participativos levaram, por exemplo, os estudantes a produzirem juntos cartazes relacionados ao tema da fronteira ou a discutirem, a partir de cartazes políticos internacionais, questões da fronteira. Esses trabalhos, feitos como parte de um seminário de formação sobre a fronteira, não são centrais no estudo aqui apresentado, mas permitiram esclarecer certas representações dos estudantes.

Figura 2 – Localização na zona fronteiriça franco-belga dos estudantes entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

O estudo RPCFE visa compreender quais são as representações relacionadas à fronteira em um espaço transfronteiriço específico da União Europeia, porque adaptado a um estatuto jurídico institucionalizado, o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (GETC) da Eurometrópole Lille-Kortrijk-Tournai. Essa entidade transfronteiriça foi criada em 2008 e reúne 147 comunas distribuídas nos dois lados da fronteira francesa e belga. O lado belga caracteriza-se, ainda, pela existência da fronteira linguística que separa as regiões de Flandres e Valônia, dentro do Estado federal belga. Assim, algumas comunas são francófonas e outras falam flamengo. Os representantes políticos belgas e franceses que criaram esse projeto procuraram promover o estabelecimento de serviços transfronteiriços para facilitar o cotidiano do 1,2 milhão de habitantes do espaço, nas áreas de transporte, emprego, saúde, educação, formação e turismo. O estudo encomendado pela região Nord-Pas-de-Calais (hoje parte da região Hauts-de-France), entre outras coisas, debruçava-se sobre a experiência e a percepção dos habitantes da zona fronteira eurometropolitana. Ele abrangeu uma amostra de 255 pessoas, 146 na França, 109 na Bélgica (48 na Valônia e 61 em Flandres). Essa amostra inclui um número comparável de homens (125) e mulheres (130). Pessoas de diferentes faixas etárias foram entrevistadas. Todas essas pessoas foram entrevistadas porque estavam presentes no território transfronteiriço visado, razão pela qual falamos em usuários/passantes.

Lembremos que as pesquisas foram realizadas em 2014 e 2015, antes de dois fenômenos importantes nas análises atuais sobre as fronteiras e as representações associadas a elas: os movimentos maciços de refugiados e os atentados. Por um lado, os movimentos de migrantes e de refugiados, especialmente vindos do Oriente Médio, já eram bem significativos, mas não representavam ainda – exceto perto de Calais, no norte da França – um movimento altamente midiaticizado e provocador de mobilização, seja em favor do acolhimento, por exemplo por parte de associações cidadãos (Guenebaude, 2014), seja para combatê-lo, especialmente por parte dos movimentos neopopulistas. Na Bélgica, esse período foi midiaticizado, sobretudo, em meados de 2015. Na França, um discurso nacionalista, xenófobo e protecionista pontua há alguns anos as

declarações de partidos extremistas. É o caso da Frente Nacional, partido da extrema-direita francesa que ganhou várias cadeiras no Legislativo, em especial durante as eleições municipais de 2014 ou nas regionais de 2015, justo na área habitada pelos nossos entrevistados. Por outro lado, em novembro de 2015 e em março de 2016, atentados terroristas em meio a multidões enlutaram a França e a Bélgica, levando à implementação de políticas de controle e percepções de insegurança – mesmo que outros ataques mortais, em particular contra o jornal *Charlie Hebdo* (em 7 de janeiro de 2015) ou contra o Museu Judaico da Bélgica (em 24 de maio de 2014), já tivessem ocorrido anteriormente.

Como coletar representações: um questionário qualitativo

A metodologia utilizada visa captar ao mesmo tempo as representações e as práticas espaciais. Se as últimas são facilmente acessíveis na declaração dos indivíduos entrevistados, as primeiras são mais difíceis de serem alcançadas por um questionário. Buscar apreender representações é delicado, porque se trata de fazer os indivíduos entrevistados declararem aquilo que compõe a essência de suas opiniões, e não é certo que todos desejem e tenham a capacidade de revelá-la. Assim que o indivíduo (usamos o masculino no sentido epicênico do termo) responde a um questionário (ou troca informações em uma entrevista), ele se coloca em alerta pelas perguntas feitas e passa a se perguntar “o que é conveniente responder”. Isso se mostrou verdadeiro tanto para o estudo de passantes ou usuários quanto para o estudo aplicado aos estudantes.

Nos dois estudos, uma parte das perguntas visa levar o entrevistado a revelar como ele vê a fronteira como marcador da diferença com o Outro, o que inevitavelmente se refere à maneira como ele percebe seu próprio espaço e sua comunidade em relação às outras. As perguntas buscam tornar visível como os indivíduos pensam e vivenciam o território e a fronteira em geral, e a fronteira franco-belga em particular. As perguntas feitas na pesquisa devem ao mesmo tempo mobilizar o sujeito, mas também encorajá-lo a uma expressão espontânea. Elas são formuladas de forma simples, mas sem serem simplistas; são variadas em sua forma para não cansarem nem provocarem um sentimento de desconfiança. A co-

leta de representações pretende obter um material o menos convencional possível. Teóricos como Abric (1994) demonstram que, para identificar o que pertence ao núcleo central, é necessário recorrer a métodos interrogativos que visem respostas construídas e métodos associativos que se apoiem mais na espontaneidade. O indivíduo questionado deve ser capaz de se expressar sobre o assunto estudado. Ele lê (ou escuta) a pergunta feita e reflete sobre a resposta – verbal ou figurativa – que deseja dar. Perguntas e respostas mobilizam discursos emitidos em uma linguagem e em um nível de língua que os dois interlocutores devem dominar. Pergunta e resposta darão lugar a uma ou mais interpretações e devem estar próximas uma da outra. As respostas são pensadas, denotam o que o sujeito escolheu para transmitir àquele que o questiona. Elas contêm tanto elementos contextuais quanto elementos de opinião que são difíceis de separar. De acordo com Abric (1994), questionários abertos, que valorizam a atividade da pessoa entrevistada, têm maiores possibilidades de coletar representações. Foram privilegiadas, assim, perguntas abertas que permitem uma formulação livre, cada uma insistindo na busca de uma opinião pessoal (“para você”, “segundo você”, “na sua opinião”). Quando uma definição é solicitada, é necessário enfatizar o fato de que a resposta deve exprimir a maneira como o entrevistado vê “a região transfronteiriça”, “a fronteira”, “o Estado”, “o território” ou “a Eurometrópole” (no caso do primeiro estudo). Certas perguntas comportam as opções “sim” ou “não”, mas, para cada uma, pergunta-se a razão da escolha, novamente através de uma expressão livre: “em que as informações sobre o outro país são interessantes ou não; por que seria desejável ou não que as fronteiras desaparecessem...”. Várias questões são completamente abertas: “como se marca a fronteira entre os dois países”, “para que se acompanha o que acontece em outro país”, “o que aproxima ou afasta belgas e franceses”... A expressão verbal é complementada por uma expressão gráfica (que não estudaremos aqui): pediu-se então para representar a França e a Bélgica em um local definido. Espera-se um mapa que revele um espaço aprendido. De fato, na escala dos dois Estados, e mesmo apenas naquela da região transfronteiriça, não se trata do registro do espaço vivido, mas daquele dos conhecimentos transmitidos

pela escola ou pelos diversos canais midiáticos. Os desenhos obtidos podem ser difíceis de interpretar, mas comportam elementos significativos, tais como a escolha da escala da representação, os pontos de referência retratados ou o delineamento particular da fronteira. Algumas das perguntas feitas se referem também aos conhecimentos que as pessoas entrevistadas possam ter. Evidentemente, não se trata de avaliar os conhecimentos, mas de entender qual o nível de informação do contexto socioespacial e político, incluído aí o conhecimento das organizações territoriais ou das parcerias existentes entre os dois países. Os estudantes (e somente eles) expressaram seu grau de concordância com as informações, expressando pontos de vista científicos contrastantes: a rejeição do conceito de fronteira natural, a fronteira vista como um limite forte que cria o Estado, a fronteira vista como um lugar de articulação que afirma a existência do outro e gera poder e progresso, que talvez permita o surgimento de novos territórios, a fronteira protetora e, por fim, o apagamento das fronteiras como aval do desenvolvimento territorial. A fim de reduzir as dificuldades de construção sintática ligadas à expressão escrita das respostas, o método interrogativo foi completado por um método associativo, de um lado, a partir de palavras indutoras, de outro, por imagens. As palavras indutoras, “França” e “Bélgica” deram espaço à escrita de três palavras que formam uma espécie de universo semântico, certamente pouco importante a escala do indivíduo, mas que projeta conjuntos significativos para o escala do grupo questionado, desde que a interpretação dos termos dados seja a mais próxima possível daquela da pessoa. Isso não ocorre facilmente, porque tal tipo de resposta lacônica faz desaparecer todo o contexto. Uma outra pergunta de associação foi baseada em imagens: o sujeito deve escolher dentre essas imagens aquelas que representam, para ele, a fronteira, com algumas linhas lhe permitindo explicar sua(s) escolha(s). Pode parecer difícil para o pesquisador selecionar as imagens a serem associadas a essa pergunta. Nesse estudo, elas têm o papel de reforçar, de outra forma, as diferentes definições de fronteira resultantes dos trabalhos científicos na área: fronteira de costura, fronteira de corte (segundo a tipologia de Courlet, 1988), fronteira assimétri-

ca (autorizando a passagem em uma direção, mas limitando-a na outra), fronteira defensiva e militarizada, fronteira correspondente a um limite natural (um rio), fronteira social (visível na paisagem), limite geográfico de ocupação dos espaços. Como as imagens são propostas sem legenda, cabe ao sujeito a interpretação. Não existe garantia de que o sentido que o pesquisador deu a cada imagem seja aquele que a pessoa questionada perceberá. As seis imagens propostas são contrastadas para fornecer um conjunto de respostas significativas. O trabalho segue e o método deve ser calibrado, igualmente parece interessante fazer com que entrevistados reajam aos documentos iconográficos que complementam a mensagem escrita, fornecida tanto pelas perguntas quanto pelas respostas.

Como coletar as representações: um questionário quantitativo

Como em qualquer pesquisa por questionário, o pré-teste permite construir os enunciados e as perguntas fechadas que constituem o questionário em larga escala. Tratava-se de testar um certo número de hipóteses sobre a representação da fronteira junto a um público – estudantes universitários – mais homogêneo e *a priori* mais móvel. O questionário destinado aos estudantes incluiu 17 perguntas. Após a introdução habitual enfocando o perfil pessoal (idade, local de residência, país de origem, percurso de estudo e formação em curso), as primeiras nove questões diziam respeito ao outro país. As questões 10 e 11 tratavam dos marcadores de fronteira e da passagem da fronteira franco-belga. As questões 12, 13, 16 e 17 abordavam o tema da fronteira em geral, a 16 incluía opiniões gradativas – de “sim, concordo totalmente” a “discordo totalmente” –, a 17 usava imagens de apoio. As questões 14 e 15 diziam respeito aos avanços transfronteiriços franco-belgas.

O questionário em grande escala, aplicado na rua a 255 pessoas, era relativamente curto e incluía essencialmente perguntas quantitativas a fim de permitir um tratamento estatístico. A primeira parte tratava do perfil do entrevistado (sete questões); em seguida, a parte “usos e práticas da fronteira” (cinco questões), centrava-se principalmente na fronteira franco-belga, salvo uma pergunta (que retomava sentenças ligadas à fronteira em geral, a ser avaliada

numa escala de “concordo totalmente” a “discordo totalmente”) e duas subperguntas (uma relacionada ao fato de haver visitado um outro país que não o país vizinho e a outra sobre a passagem da fronteira neste caso). O último tema tratado referia-se à Eurometrópole. A pesquisa sobre as representações cidadãs na Eurometrópole foi aplicada a uma amostra de passantes definida considerando segmentação por sexo (metade), por faixa etária e por locais de residência (foram visadas as grandes e pequenas municipalidades pertencentes à Eurometrópole, perto ou longe da fronteira).

Os resultados

Os universitários e a fronteira, estudo qualitativo

Propomos mostrar a abordagem utilizada a fim de destacar a diversidade de questionamentos, tanto pelos instrumentos utilizados, pelos aspectos tratados, quanto pelos resultados. Estes estão organizados em duas seções: a relação com o outro lado da fronteira (como cada um vê o Outro?; o que ele conhece do Vizinho?; como ele se dá conta que passou a fronteira?) e a representação da fronteira de forma mais ampla.

Abordagem para o tratamento de dados

O processamento e o registro das respostas de um questionário aberto necessitam considerar tudo aquilo que foi fornecido pelas pessoas entrevistadas. Levar em conta esse material, às vezes heterogêneo, requer uma metodologia “aberta”. Com o questionário, temos um material textual (em parte pré-redigido pelo pesquisador e em parte pelo entrevistado), desenhos (feitos pelo entrevistado) e imagens propostas pelo pesquisador. Quanto ao material textual, após o registro exaustivo de todas as respostas textuais, procedemos a uma primeira organização das palavras significativas (frequentemente substantivos, enquanto conectores e determinantes são deixados de lado) contidas nas respostas, agrupando os termos idênticos e, em seguida, os de significados próximos, com o objetivo de reduzir os grupos obtidos em unidades de significado. Quando as respostas consistem em uma série de palavras-chave (como em resposta a “associe três palavras à França e à Bélgica”), a dificuldade consiste em

interpretar o sentido dos termos utilizados. Quando os indivíduos entrevistados escrevem uma frase (por exemplo, por que é possível/desejável ou não que as fronteiras desapareçam?), mais que a interpretação de palavras significativas, é necessário proceder a uma interpretação global da resposta para classificar as palavras significativas. Tais classificações são elaboradas também segundo o referencial teórico que embasa a pesquisa, atentando para que ele não se sobreponha ao ponto de vista enunciado pelo entrevistado. As diversas categorias de palavras formam um universo semântico que se confronta com o conhecimento do pesquisador à medida que ele as constitui. Para evitar tal viés, tanto quanto possível, o pesquisador deve abster-se de rejeitar certos termos utilizados nas respostas. A categoria “diversos” deve ser a mais reduzida possível, uma vez que o seu conteúdo também é informativo relativamente ao objeto tratado. Dentro de cada categoria constituída, é efetuada uma contagem dos termos em relação ao número total de palavras enunciadas para cada uma das questões. Assim, para cada questão, obtemos um panorama “semântico” constituído de termos fortes, de outros menos citados, e ainda de outros que se destacam pela oposição à visão geral. Tais panoramas podem ser confrontados uns com os outros e permitem uma aproximação às representações das pessoas entrevistadas sobre o objeto em questão.

A segunda categoria de respostas relaciona-se com as imagens. As imagens apresentadas aos entrevistados foram escolhidas por eles. Tais escolhas foram sistematicamente registradas com o propósito de verificar quais foram as imagens mais e menos escolhidas em relação ao número total de escolhas possíveis (de um total de 79 indivíduos x 6 imagens = 474 possibilidades no máximo). Como essa questão comporta a possibilidade de uma frase explicativa, as escolhas das imagens são confrontadas com os universos semânticos originados pelo tratamento das palavras.

O terceiro campo semântico diz respeito aos desenhos feitos pelos entrevistados. Esses desenhos, realizados para representar os dois países, levaram a diversas proposições que necessitam igualmente ser classificadas: representações geográficas ou simbólicas, esquematizações ou desenhos, tentativa de traduzir ele-

mentos factuais ou oportunidade para expressar opiniões.

Como se vê, abordar representações individuais é uma tarefa difícil. Além das opiniões e representações, e com a finalidade de verificar se os estudantes construíram suas respostas embasadas mais em suas práticas, opiniões ou conhecimentos, solicitamos aos indivíduos entrevistados que definissem, com suas próprias palavras, cinco noções: região transfronteiriça, fronteira, Estado, território e eurorregião. Região transfronteiriça e eurorregião servem, mais particularmente, como indicadores, porque são termos cuja definição científica é muito precisa e exige um vocabulário específico, conhecido ou não. Levantamos a hipótese de que os estudantes que respondem a essas duas questões com suas próprias palavras estariam expressando suas representações na totalidade do questionário. O resultado da análise dessas duas definições fornecidas pelos entrevistados chama a atenção para 14 indivíduos que deram respostas mais fundamentadas. Uma região transfronteiriça é uma interface, uma zona de contato, onde os fluxos que atravessam a fronteira são importantes; uma eurorregião é um espaço de cooperação europeia que desenvolve projetos econômicos ou culturais. Dois universitários citam Lille-Courtai-Tournai. Quatro indivíduos se distinguem por suas respostas bem específicas às duas questões. Deduzimos, *a priori*, que o questionário permite reunir representações individuais mais vinculadas às práticas e às opiniões.

O outro lado da fronteira e o Outro

Relembremos que a pesquisa se desenvolveu em uma década da fronteira franco-belga. Um primeiro conjunto de respostas permite compreender como é percebido o outro lado da fronteira e, especificamente, aquele que se encontra lá, o Outro, o conhecimento e a informação que se tem, e as marcas que tornam visíveis essa fronteira ou sua passagem.

O olhar dirigido ao país vizinho diferencia os estudantes belgas e franceses. Para os belgas, a França é logo associada a um campo lexical político (o presidente e a República representam 35,5% dos termos associados à França). O segundo grupo de palavras evoca lugares emblemáticos, como Paris, a Torre Eiffel, a avenida Champs-Élysées, e outros também vinculados ao turismo (mar Me-

diterrâneo ou Bretanha). Os termos relativos à sociedade francesa, em geral, carregam algum juízo de valor: os franceses são ridículos, chauvinistas, medíocres, severos, decadentes, mas também associados à igualdade, à diversidade, à força, à história. Na mente dos estudantes belgas entrevistados, a França é representada também por figuras ilustres, como Napoleão Bonaparte e Georges Pompidou. Já os estudantes franceses pensam, primeiramente, na gastronomia belga (a cerveja, as batatas fritas e o chocolate ocupam 40,8% dos termos associados à Bélgica). Os aspectos políticos vêm em segunda posição (a monarquia e a existência de diferentes comunidades). Os lugares citados variam pouco: essencialmente Bruxelas, mas também Liège, a costa belga ou o símbolo de Bruxelas, o *Manneken-Pis*. Os elementos da sociedade enfatizam a presença de várias línguas faladas (com sotaque), a educação não gratuita ou as clivagens. Podemos também ler que os belgas são acolhedores e abertos. Personalidades também são citadas, mas num outro registro de competência (o ator e cantor Jacques Brel). Como vimos, as respostas curtas podem causar problemas de interpretação.

O que cada um conhece do Outro e como

Dirigindo-nos, em parte, aos estudantes universitários, queríamos saber como eles assimilam as organizações territoriais e políticas do outro país. Suas respostas revelam que eles têm um conhecimento superficial das unidades territoriais do país vizinho. Regiões e departamentos franceses são os mais citados pelos belgas. Somente cinco estudantes citaram a região Nord-Pas-de-Calais e apenas um, a cidade de Lille. Encontramos nas suas respostas os termos municipalidade, cantão e região ultramarina. Parece não ser a vivência fronteiriça que guia suas respostas, mas sim o estudo sobre esse tema, ao longo de sua formação universitária ou através da mídia. Isso é confirmado pelo que, para eles, é marcante na organização política francesa: inicialmente citam o regime presidencial, depois a República e o sistema eleitoral. Percebemos que são poucos os juízos de valor; três estudantes qualificam a organização política de elitista, teatral ou desorganizada. Os universitários franceses citam essencialmente as duas regiões fronteiriças Valônia e

Flandres, e 49% deles citam-nas conjuntamente. Outras “regiões” são mencionadas por nove dentre 39 estudantes (Bruxelas, Hainaut, Ardenas). O que marca a organização política belga remete inicialmente às tensões entre valões e flamengos (42% dos termos citados). Em seguida vêm a monarquia e a presença de duas línguas no país (dentre as três línguas reconhecidas: o flamengo, o francês e o alemão). Esse tipo de respostas pode levar a pensar que talvez os estudantes franceses, ao menos neste ponto, tenham sido influenciados pelos acontecimentos divulgados pela mídia (como detalhado acima, a maioria dos franceses entrevistados se diz informada sobre a Bélgica). De fato, em 2010-2011, a imprensa insistiu muito na ausência de governo na Bélgica, motivada, dentre outras razões, pelas tensões entre flamengos e francófonos. Ao cruzarmos o grau de interesse e o de informação de estudantes de um lado e de outro da fronteira, constatamos que os estudantes belgas demonstram muito mais interesse pelo vizinho (sete em dez contra um em dez), mas ambos são relativamente semelhantes em termos de informação (quase seis em dez contra quase cinco em dez). As razões alegadas para essa informação remetem, além de motivos familiares ou de relacionamentos, a dois tipos de proximidade: uma proximidade geográfica (21) e uma proximidade devido a um interesse comum ou a uma certa interdependência, seja no plano europeu, francófono ou internacional (sete respondentes).

Como se marca a fronteira franco-belga

Os belgas percebem que a fronteira (linha) não é mais visível (cerca da metade deles). Na fronteira, apenas três elementos permitem demarcar a linha: a mensagem da rede de telefonia, o estado mais degradado da rodovia na Bélgica e sua iluminação, e os antigos postos de alfândega (citados por dois indivíduos). Alguns elementos são registrados, porque enfatizam que o interlocutor se encontra em outro “sistema”, dentro de outro país: a sinalização ou as placas de veículos, e os pedágios nas autoestradas francesas, os preços de certos produtos, a mensagem no aparelho celular, a moradia, o tipo de lojas ou os sotaques. Juízos de valor são feitos, como sobre a limpeza, e fórmulas mais gerais são

utilizadas para mostrar a diferença: a cultura, o sotaque, a história, a ideologia, a política. Os estudantes franceses consideram igualmente que a fronteira física não é mais visível (mais de dois em cinco). Uma placa indica a passagem; a mensagem da rede de telefonia, as antigas aduanas ou o estado da estrada marcam a mudança de país. Da mesma forma, para eles, certos elementos indicam a passagem para outro país: a organização das vias rodoviárias e as placas dos veículos, o urbanismo, o preço dos produtos, a língua e o sotaque e, de forma mais geral, a cultura e a organização. Quase a metade dos entrevistados parte, portanto, da constatação de que a fronteira não existe mais. Todavia, quando é colocada a questão específica do que marca a passagem, eles registram a existência de marcadores claramente perceptíveis.

Que representação os estudantes têm da fronteira

Pedir aos entrevistados que definam a fronteira, com suas próprias palavras, no meio do questionário (e com sete questões) permite que eles construam sua resposta partindo de suas práticas pessoais, ou seja, que reflitam de forma mais geral. Uma questão solicitava que dessem seu grau de concordância a sete afirmações extraídas de definições científicas de fronteira. A análise semântica dos termos fornecidos não diferencia os universitários franceses dos belgas.

A fronteira é, inicialmente, uma linha de separação entre dois Estados (ou países). A definição com a qual os estudantes estão mais de acordo é aquela que define a fronteira como o limite da soberania do Estado (37 estudantes belgas dentre 40 e 29 franceses dentre 39). Os estudantes expressam também uma forte concordância (24 belgas e 28 franceses) com a ideia de que a fronteira marca a diferença e atesta que o outro existe, porém, para a maioria, a fronteira não consegue proteger o fraco do forte (44 estudantes em 79 manifestam discordância de tal afirmação).

Observamos que 16% do total dos termos significativos utilizados entre os estudantes belgas e 12% entre os franceses remetem à natureza construída da fronteira (ela é imaginária, virtual, invisível ou legal, controlada, cercada); isso é reforçado por um grau de

adesão muito forte à afirmação de que a fronteira é uma invenção humana (24 entrevistados belgas e 24 franceses).

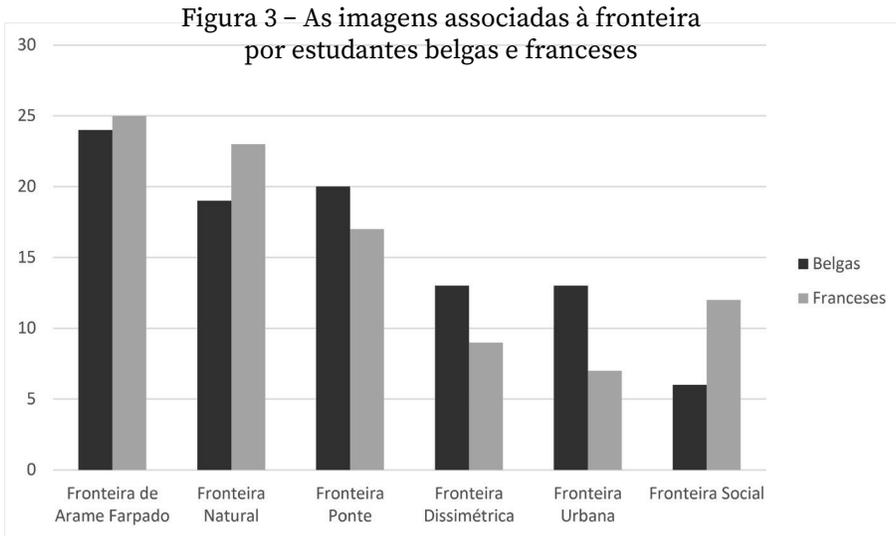
Somente um estudante francês e quatro belgas salientam a passagem, a articulação, a ponte. Essa noção de fronteira compartilhada não é defendida pelos estudantes: 45% dos belgas e 43,5% dos franceses discordam. Notamos que 31 estudantes tentam uma resposta neutra (nem de acordo nem de desacordo), o que mostra que essa ideia não reflete suas representações.

A proposição de que a fronteira facilita a emergência de novos territórios diferencia os estudantes franceses (74% discordam dessa afirmativa) dos belgas (40% concordam com ela). Para um terço dos estudantes, o desaparecimento de fronteiras não é garantia de desenvolvimento territorial, mas para outro terço o é.

As definições indicadas para região transfronteiriça mostram que um terço dos estudantes entrevistados não vê nela senão uma região limítrofe de um Estado, enquanto 16 em cada grupo associam a referida noção a um espaço situado em ambos os lados da fronteira e no qual se circula livremente, como a região transfronteiriça franco-belga. Acerca das eurrégiões, registramos uma taxa muito alta de não-respostas. Entre as definições dadas para eurrégion, vê-se que elas são construídas a partir dos termos Europa (ou União Europeia) e região, e assim resulta uma região, uma zona, um espaço da Europa. Por extensão, certos estudantes associam a ela países da União Europeia, ou mesmo toda a zona do euro ou toda a União Europeia. Destaque-se que três estudantes indicam uma “recusa” dessa noção: para eles, trata-se de uma associação antinatural, uma tolice, que não deveria existir.

Como explicitado anteriormente, outro recurso além do verbal foi utilizado para analisar a representação da fronteira. Trata-se do uso de imagens. Fotografias e desenhos (arame farpado; um rio; uma ponte; uma paisagem urbana com barracos e edifícios ao fundo; uma imagem do encontro entre a mancha urbana e um campo cultivado) foram usados como apoio. Essas imagens representam diferentes tipos de fronteira: fronteira de arame farpado; fronteira natural; fronteira ponte; fronteira so-

cial e fronteira urbana, respectivamente. Os estudantes deviam escolher a ou as imagens que representam, para eles, a fronteira e redigir um breve comentário para esclarecer sua escolha. A Figura 3 apresenta as opções dos alunos.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A fronteira de arame farpado é a mais escolhida (27 estudantes belgas e 24 franceses). O estudo de suas justificativas mostra que eles veem nela uma fronteira que fecha, que exclui, uma demarcação que marca a hostilidade em relação ao outro e que necessita de um controle militar. Sua segunda escolha (em número) é a fronteira que denominam natural, ligada a elementos naturais como cursos d'água ou montanhas, que o homem utiliza para marcar seus limites (39% das respostas) e que “definem os territórios” (10%). Recordemos que as definições dadas pelos entrevistados (questão 12) não fazem menção (com apenas uma exceção) à fronteira natural, como se os conhecimentos aprendidos, especialmente em Geografia e em Ciência Política, comandassem uma reflexão que passa para o segundo plano quando se trata da linguagem iconográfica. A fronteira “ponte” é esco-

lhida pela metade dos estudantes. Ela representa para eles uma construção humana entre Estados que convivem (39% das justificativas), porém eles especificam que essa ponte pode também ser destruída. A fronteira assimétrica é escolhida por 22 estudantes, que leem o simbolismo da passagem da desigualdade, da força de um Estado que domina outro, que se apropria de seus recursos. É um filtro que controla a imigração, e o exemplo da fronteira EUA-México é dado muitas vezes. As duas últimas imagens mostram mais descontinuidades do que fronteiras. O que os universitários nomeiam fronteira social é escolhido por 18 deles (um pouco menos entre respondentes belgas do que entre franceses). A descontinuidade urbana representa uma fronteira para 20 estudantes que dela fazem uma interpretação relativamente surpreendente: suas justificativas evocam muros, muralhas, fortalezas históricas. Bem poucos viram nessa fotografia uma separação entre espaço urbano e rural.

Para completar essa análise da representação da fronteira, interrogamos os estudantes acerca dos papéis que eles atribuem a ela. Dessa maneira, para esses estudantes que vivem há muito tempo, mesmo desde sempre, numa União Europeia de fronteiras abertas, perguntamos se pensam ser desejável ou possível que as fronteiras desapareçam. Suas respostas revelam um não sonoro: 28 dentre 40 belgas e 23 dentre 39 franceses. As justificativas dadas para essa tomada de posição são, inicialmente, que as fronteiras garantem a identidade cultural e, portanto, o sentimento de pertencimento nacional e, em seguida, que elas servem para proteger o Estado, que pode, desta forma, permanecer soberano; as fronteiras servem para regular os fluxos, e seu desaparecimento significa a “porta aberta para todos”; por fim, os territórios de cada um devem ser delimitados e um espaço aberto, muito vasto seria muito complexo, ou impossível de administrar. Os 23 estudantes que consideram possível ou desejável que as fronteiras desapareçam se baseiam na experiência da União Europeia e nas trocas comerciais mantidas, que, segundo eles, já aboliram as fronteiras. Apenas cinco pensam que as fronteiras são “barreiras entre as mentalidades” e “não servem para nada”.

Os usuários da Eurometrópolis: estudo quantitativo

A enquête de rua (RPCFE, 2015) foi aplicada em 255 indivíduos e visava a um duplo objetivo: compreender as representações da fronteira para uma população residente numa zona transfronteiriça aberta e analisar o grau de conhecimento acerca da Eurometrópolis. Ela foi aplicada em abril e maio de 2015. A parte do estudo relacionada aos elementos diretamente ligados à Eurometrópolis não será aqui abordada.

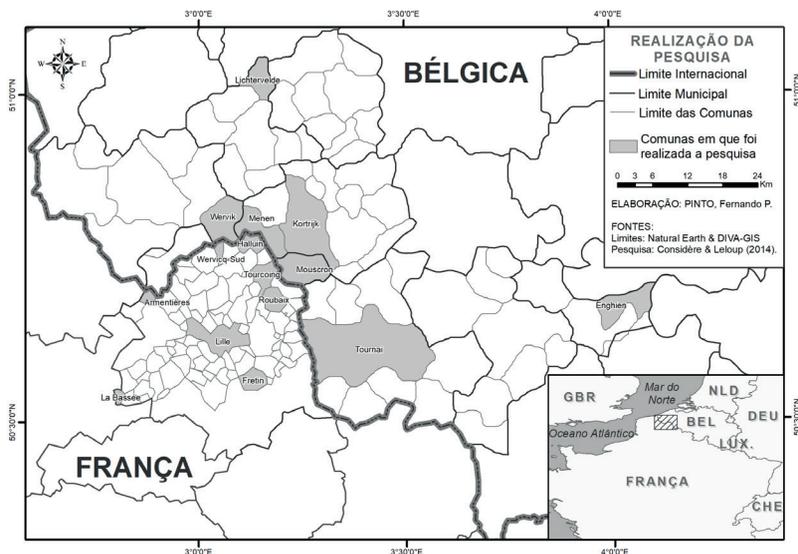
Após especificar o perfil dos respondentes da enquête aplicada em comunas da Eurometrópolis na região, analisamos os resultados quanto às práticas e aos marcadores da fronteira franco-belga, colocando questões sobre o espaço transfronteiriço como espaço vivido e sobre as representações do outro e, em seguida, sobre as representações da fronteira em geral e franco-belga em particular. Notemos que o questionário foi adaptado à área geográfica (questão sobre a Bélgica na França e vice-versa), como no estudo destinado aos estudantes e à área linguística. O questionário foi dividido em três partes: o perfil do respondente, suas práticas e usos da fronteira e seu nível de informação sobre a Eurometrópolis.

O perfil dos respondentes

Diversos critérios foram criados para selecionar a amostra e definir as comunas em que a população seria entrevistada. Considerou-se a distância da comuna em relação à fronteira (na fronteira / à média distância / mais distante), o tamanho da comuna e o equilíbrio entre o número de comunas francesas (8) e belgas (7), sendo três valões e quatro flamengos (Figura 4).

O perfil dos entrevistados é o seguinte. Seu nível de instrução é relativamente alto: secundário (31,4%) e primeiros anos do ensino superior (37,4%). São 49% ativos, 17% aposentados, 17% universitários e 17% desempregados; 78% dos entrevistados atravessam a fronteira (85% dos entrevistados franceses e 31% dos belgas). 89% dos entrevistados vivem na Eurometrópolis, 74% nela trabalham. Mais especificamente, 63% vivem na França (enquanto 69% trabalham na França), 18% vivem na Valônia (17% trabalham ali) e 19% vivem em Flandres (enquanto 14% lá trabalham).

Figura 4 – Locais de realização da pesquisa RPCFE.



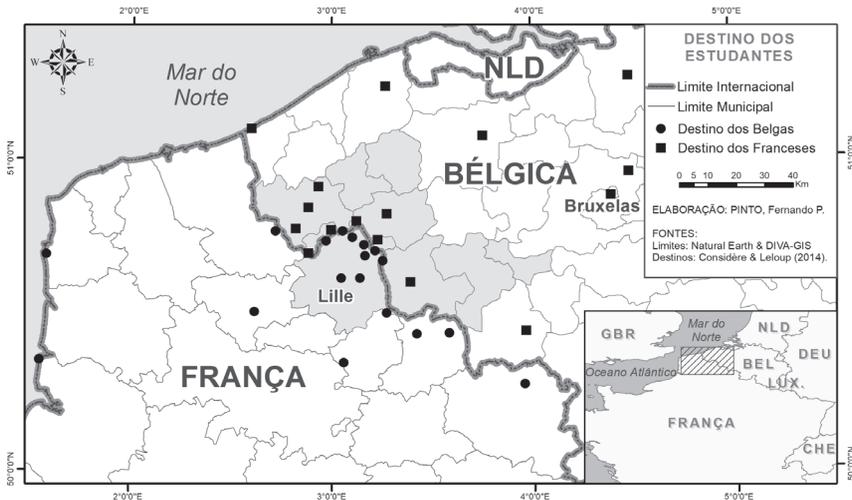
Fonte: Dados da pesquisa, maio de 2015.

O espaço transfronteiriço como um espaço vivido

Os entrevistados foram perguntados sobre as cidades a que se dirigem no outro lado da fronteira (figura 5): os resultados mostram que as cidades frequentadas no outro lado são bastante próximas geograficamente: no lado francês - Lille 44%, Tourcoing 8% e Roncq 6%; e no lado belga Menen 25%, Tournai 14%, Mouscron 11%, Wervik 4%, Mons 4% e Bruxelas 4%.

A frequência de travessia é sobretudo semanal (20%) ou várias vezes por mês (26,5%). As razões invocadas para as visitas ao país vizinho são, em ordem de importância, as compras (50%), o lazer e a cultura (35,5%), o trabalho (21%) ou visitas à família (19%), o que mostra que esse espaço transfronteiriço constitui um espaço vivido no sentido apresentado por Armand Frémont, a saber, “o estudo (não) limitado à análise de lugares frequentados por uma pessoa ou por um grupo [...] Ele deve também integrar toda a carga de valores que se projetam dos homens aos lugares e dos lugares aos homens” (1974, p. 233). Como a enquête foi realizada durante o dia, poucos trabalhadores fizeram parte da amostra, isso se reflete na ausência de travessia

Figura 5 - Travessias fronteiriças regulares



Fonte: Dados da pesquisa, maio de 2015.

diária relatada, enquanto os trabalhadores fronteiriços representam 2,2% dos habitantes da Eurometrópole francesa e 0,5% dos habitantes do lado belga (*Les chiffres-clés de l'Eurométropole*, 2015). Lille é a cidade mais atrativa da região transfronteiriça, mas os lugares, especialmente os culturais – Tournai, Bruxelas e Mons, que foi capital europeia da cultura em 2015 –, atraem os franceses. Quanto às cidades no lado belga imediatamente localizadas na fronteira, podemos, sem dúvida, atribuir os deslocamentos às compras (por exemplo, tabaco ou gasolina, uma vez que os preços diferem de um lado e outro da fronteira). Nesse espaço, o deslocamento ao país vizinho é feito essencialmente de automóvel (65%). Os transportes por trem ou ônibus são utilizados apenas por 29% das pessoas entrevistadas (os jovens são os que mais os utilizam). A travessia de bicicleta ou a pé (12%) mostra que o país vizinho faz parte do espaço vivido próximo, cabendo esclarecer que várias cidades se estendem pelos dois lados da fronteira, como é o caso de Wervik e Wervicq-Sud e de Menen e Halluin. Podemos deduzir que existe um espaço vivido transfronteiriço, porém decididamente bastante reduzido e, presumivelmente, mais localizado ao longo da porção de fronteira Hainaut/metrópole de Lille.

Quando questionados acerca dos marcadores da fronteira, os entrevistados respondem maciçamente que a fronteira não é visível como tal, que é principalmente o fato de mudar de país que é perceptível. São – como no estudo dos estudantes – a sinalização rodoviária, as placas dos veículos, ou o estado das estradas belgas que indicam a mudança de país – lembremos que 65% dos entrevistados atravessam de carro. O ambiente se mostra diferente: a arquitetura, certas construções materializam a travessia para o outro lado, como uma ponte. A faixa etária de 30-50 anos percebe, contudo, a presença de antigas aduanas como marca da fronteira; a de 15-30 anos, a mensagem enviada pela operadora telefônica.

A representação do outro

Assim como aos estudantes questionados no primeiro estudo, foi solicitado aos desta pesquisa que citassem ações que podem favorecer a aproximação entre vizinhos. As principais ações são o comércio (15%), as iniciativas de cooperação (15%), as festividades culturais (13%) e a língua (12%). Para 38% das pessoas entrevistadas, nada pode aproximar os vizinhos. Por outro lado, a cultura, as mentalidades, o racismo (9%), os aspectos políticos (5%), aos quais podemos acrescentar o contexto econômico, mas sobretudo a língua (32%), podem frear a aproximação entre habitantes belgas e franceses. Observamos que 47% dos entrevistados pensam que nada pode impedir a aproximação dos dois vizinhos. Como as questões são abertas, as respostas mostram alguns juízos de valores em relação ao outro (4% das respostas): os belgas são considerados modernos, sérios, mas também racistas (referência aos conflitos opondo flamengos e valões, mas também em relação aos franceses); os franceses são vistos como solitários ou invejosos.

Uma pesquisa de opinião, na rua, com 255 pessoas não permite questionar a forma como cada um julga ao vizinho, e propor afirmativas não é apropriado. Como esse estudo trata da Eurometrópole, pedimos que nossa amostra definisse essa noção, o que pode demonstrar um grau de conhecimento do espaço vivido. A resposta definindo a Eurometrópole como uma aproximação (aliança, união, acordo) entre Lille, Tournai

e Kortrijk é dada apenas por sete pessoas, às quais podemos acrescentar outros treze respondentes cujas respostas se aproximam da ideia geral. Apontamos que 79% das pessoas entrevistadas não respondem a essa questão ou alegam não saber. A solicitação para citar manifestações ou lugares representativos da Eurometrópole não é levada em conta por 90% dos entrevistados. As 24 pessoas que responderam citaram eventos que aconteceram na região, mas não relacionados com a Eurometrópole.

As representações da fronteira

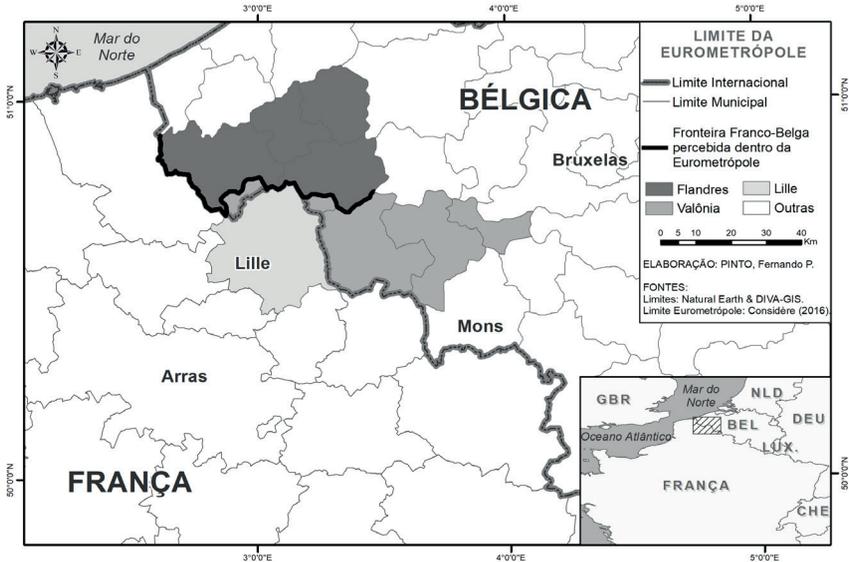
Além das questões relativas às práticas, à vivência e aos marcadores da fronteira franco-belga e do vizinho, também interrogamos a nossa amostra sobre a maneira como ela define a fronteira em geral, e como ela percebe a fronteira franco-belga em particular. Solicitar a cada pessoa que dê sua própria definição de fronteira resultaria dados dificilmente processáveis. A partir dos resultados do primeiro estudo, propusemos a cada entrevistado que indicasse sua concordância, maior ou menor com cinco afirmativas. Para a maioria dos entrevistados, a fronteira é necessária para o exercício do poder (65%), e os controles exercidos são uma garantia de segurança (70%). No entanto, essa necessidade de fronteira não significa materialidade: para 76%, a fronteira sequer é visível. A Europa (compreendida como a União Europeia) contribui para o desaparecimento de fronteiras (55%). Aliás, na zona fronteira franco-belga, a fronteira desapareceu (78%). A análise das respostas por faixa etária mostra pouca diferença nos resultados gerais. Os mais jovens parecem ter uma definição mais relacionada à segurança da fronteira (56 dentre 87), e um número maior de jovens pensa que a Europa não apaga as fronteiras (33 dentre 87) e que a fronteira franco-belga não desapareceu (17 dentre 87, contra 7 dentre 82 para os da faixa de 30-50 anos, 5 dentre 67 para os de 50-70 anos e 2 dentre 18 para os de mais de 70 anos). Quando se pergunta o que permite constatar que se atravessou a fronteira, de um ponto de vista geral, a referência principal é a passagem pelo aeroporto (aduanas, passaportes em 58%), em seguida vem, mais uma vez, a sinalização (estradas, pedágios em 21% das respostas). Note-se que 72,5% das pessoas entrevistadas já foram para um ou vários países. A língua é

uma referência de passagem de uma fronteira, em geral, para 10% da amostra; embora quando diga respeito à fronteira franco-belga, 3% apenas a percebem como marcador fronteiriço. Essa percepção geral deve ser confrontada com aquela sobre a fronteira entre a França e a Bélgica. Perguntamos aos entrevistados como qualificavam a fronteira entre França, Flandres e Valônia. Eles podiam assinalar os itens “muito apagada”, “apagada”, “sem opinião”, “marcada” e “muito marcada”. A fronteira entre Nord-Pas-de-Calais e a Valônia é percebida como “apagada” ou “muito apagada” (43,5%). A fronteira entre Nord-Pas-de-Calais e Flandres aparece como “marcada” para 39% dos entrevistados e “apagada” para 32%. E são os mais jovens que a percebem como “muito marcada”. Como a área da pesquisa recobre os dois lados da fronteira linguística belga, buscamos considerar a realidade específica da fronteira entre a Valônia e Flandres⁷. Abordamos aqui uma evolução contemporânea das fronteiras, a saber, o fortalecimento de um efeito fronteiriço interno aos Estados. 67,5% das pessoas percebem essa fronteira como “marcada” (e 31,5% como “muito marcada”). A distribuição por faixa etária revela um leve avanço para os de 15-50 anos. Nesse caso particular, a língua usual em cada espaço parece ser o que mais determina a percepção da passagem para o Vizinho, tanto entre Flandres e Valônia quanto com a França (Figura 6).

Essa questão da língua como marcador da passagem de uma fronteira não aparece da mesma maneira em função das perguntas. É um sinal de que se atravessou a fronteira entre França e Bélgica para 3%, de que se atravessou a fronteira para outro país para 10,5%; é um fator que pode contribuir para aproximar franceses e belgas para 11,7%, quando se trata da mesma língua, mas pode contribuir para frear as aproximações para 32,5%, quando ela é diferente. Essa pesquisa junto a 255 “eurometropolitanos” não mostra diferenças marcantes entre indivíduos franceses e belgas, contudo, um pequeno grupo se distingue. São 20 pessoas (7,8% da amostra) que se dizem bem informadas sobre a Eurometrópole: 13 homens e 7 mulheres, 8 de nacionalidade francesa e 7 belga, dois com mais de 70 anos, enquanto as demais se distribuem equitativamente nas 3 outras faixas etárias. Elas são ativas (10) e aposenta-

7 A Bélgica é dividida em áreas linguísticas que formam a base de sua estrutura federal: a área francófona (Valônia) e a área de língua flamenca (Flandres) se destacam (N.T.).

Figura 6 – A fronteira franco-belga percebida dentro da Eurometrópole



Fonte: Dados da pesquisa, 2016

das (6) e quase todas têm um diploma de ensino superior (8). São executivos (6), empregados (7) e um autônomo; 15 residem e 13 trabalham numa comuna da área pesquisada. A frequência com que essas pessoas atravessam a fronteira é muito importante (33% atravessam uma vez por semana e 28% várias vezes por mês). Suas viagens para o lado vizinho têm, essencialmente, como finalidade compras e lazer. Elas percebem a passagem da fronteira através de diferentes marcadores (8 citam a sinalização, 3 as antigas aduanas e 1 a língua). 16 já foram para outro país (89%) e citam 26 países diferentes para onde viajaram (41% dos destinos totais citados). Em comparação com a amostra total, esse pequeno grupo viaja mais. O que nos interessa mais especificamente é verificar se essas pessoas mais “transfronteiriças” têm uma representação diferente da fronteira. Na realidade, suas representações da fronteira franco-belga não se diferenciam daquelas da amostra total. Sua definição da fronteira, em geral, é um pouco mais definida para determinadas questões: um número um pouco maior pensa que a fronteira é ne-

cessária ao exercício do poder, que a Europa apaga as fronteiras ou que elas desapareceram na região franco-belga. Um grupo menor pensa que os controles fronteiriços são uma garantia de segurança. Globalmente, porém, elas não demonstram uma representação diferente.

Cruzamento e análise

Sem retomar em detalhes os elementos anteriormente descritos, propomos um cruzamento dos resultados em torno de três temáticas, quais sejam: o espaço vivido que remete às práticas de fronteira, às práticas de passagem e à representação do outro e, enfim, às representações da fronteira.

O espaço vivido se constrói por meio das práticas e, principalmente, da mobilidade e das percepções. Os estudantes entrevistados vão a outro país e sabem distinguir o que marca a passagem para o outro lado. Mais de três quartos dos entrevistados na rua atravessam a fronteira, principalmente para efetuar compras ou consumir produtos culturais. Esse espaço vizinho não parece muito extenso e se limita a uma faixa relativamente fronteiriça da metrópole de Lille.

O conhecimento do outro não é muito aprofundado: os estudantes associam a Bélgica a fritas-cerveja-chocolate, à monarquia e à presença de duas línguas; e a França é associada ao regime político presidencial e a locais turísticos. Para os franceses, é marcante a divisão da Bélgica em duas regiões, Flandres e Valônia, as quais não falam a mesma língua e entre as quais existem tensões. O conhecimento do vizinho passa por um esforço de informação, que é bastante reduzido no caso dos estudantes franceses.

Existem marcadores espaciais da passagem para o outro lado. Cada um dos entrevistados sabe que está no lado vizinho graças a indicadores comuns, como a mensagem da operadora de telefonia ou a sinalização das estradas. A facilidade da passagem, proporcionada pela abertura das fronteiras no interior do Espaço Schengen, é utilizada e parece mesmo existir um espaço de vida transfronteiriço ligado a práticas, mas elas não constroem um real espaço vivido conforme a definição de Frémont (1974). De fato, a noção de região transfronteiriça, de espaço reconstruído nos dois lados da fronteira não é verificada.

A fronteira é atravessada e constitui um lugar de trocas, de passagem, mas é sempre percebida e vivida (mesmo quando ela não esteja visível). Os usuários e os estudantes têm consciência da noção de fronteira “apagada”, utilizada como *slogan* nos Programas Interreg⁸. Tal noção cria, realmente, uma oportunidade utilizada em trocas visando à satisfação de necessidades pessoais.

De maneira mais geral, as entrevistas mostram que a fronteira é um dado forte no exercício da soberania do Estado, da proteção das identidades culturais e, portanto, da construção da identidade de cada um. Para os entrevistados, a fronteira é uma garantia de segurança, é onde o Estado pode efetuar os controles necessários à regulação de fluxos, principalmente migratórios.

Territórios e fronteiras são construções de que os grupos sociais se dotam para assegurar sua existência e as representações individuais dessas entidades asseguram a solidez e garantem a existência do “nosso” espaço relativamente ao espaço “deles”, ainda que admitam as “visitas” ao outro. E essas representações não são apenas o reflexo daquilo que o indivíduo aprendeu em seus cursos de Geografia ou de Ciências Políticas, como mostram as respostas referentes à fronteira infrabelga, a qual evidencia uma nova configuração das realidades fronteiriças: a fronteira, percebida como “mais marcada” quando a língua é diferente, constrói, no contexto europeu de fronteiras interestatais abertas, uma divisão mais estabelecida sobre a língua do que sobre a soberania do Estado.

O acesso a representações individuais é difícil e demanda métodos de investigação mais qualitativos e, conseqüentemente, mais complexos, tanto na realização dos levantamentos quanto no processamento dos dados; elas se revelam também mais ricas, uma vez que permitem uma expressão mais livre dos entrevistados, como mostrou a primeira enquete voltada aos estudantes.

A realização dessas duas enquetes revelou vários elementos essenciais para a análise das representações e, especificamente, das

8 N.T.: Programas europeus de cooperação territorial, transfronteiriço, transnacional ou inter-regional, que visam promover a cooperação e o desenvolvimento de soluções entre regiões, em ambientes urbanos, rurais e costeiros. São geridos pela Comissão Europeia e financiados através do FEDER-Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

das representações sobre fronteiras. Por um lado, os métodos utilizados remetem a múltiplas escalas. Duas escalas estão aqui entrelaçadas, uma escala local da ordem do vivido e uma escala nacional, que se mesclam nas respostas obtidas. O peso da formação e dos modelos inculcados aparece na escala nacional. As respostas remetem frequentemente ao ensino tradicional sobre a fronteira política do estado westfaliano, o que implica em suprimir esse “modelo”. Por outro lado, este tipo de pesquisa requer um conhecimento detalhado dos contextos pesquisados: assim, a realidade linguística belga constitui um dado contextual importante, mesmo que ela se relacione, *a priori*, à política interior e não à discussão sobre a fronteira entre Estados. Paralelamente, a atualidade forjada pela chegada de refugiados ou os atentados terroristas podem constituir elementos influentes (lembramos que a análise efetuada se desenvolveu antes desses eventos, mas que as enquetes resultam numa representação da fronteira útil e protetora).

Como explicitado acima, o estudo das representações requer o cruzamento de diversos métodos. O tipo de questionário, testado para este estudo, reunindo o declarativo e o associativo, é fecundo. As representações individuais são reunidas e permitem construir uma imagem geral correspondente a representações coletivas do espaço de vida e do espaço vivido e, principalmente, do sentido que lhe dão os usuários.

A pesquisa com os estudantes mostrou a importância de reunir diversos instrumentos: um trabalho de composição de cartazes com uma parcela desses estudantes (Considère, 2016) possibilitou, além disso, ampliar o registro das respostas formalizadas para uma criação mais livre. Outros trabalhos estão em andamento com o propósito de avaliar a possível generalização das pesquisas.

Conclusão: uma fronteira aberta, mas ativa

Os elementos extraídos dos estudos efetuados em 2014 e 2015 tratam do sentido dado à fronteira, às práticas e às representações. Os resultados dizem respeito à fronteira em geral e à realidade franco-belga em particular.

As dinâmicas territoriais que a União Europeia tornou possível proporcionaram o aparecimento de projetos culturais, econômicos, sociais, e mesmo institucionais, como a Eurometrópole

(GETC). Esse tipo de criação é concebido com base num modelo político, cuja demanda é proveniente das autoridades locais, que parece não estar particularmente apropriado por seus habitantes e usuários. O fato de viver numa região fronteiriça, atravessada por numerosas trocas e na qual os fluxos são importantes, não constrói, de imediato, uma identidade transfronteiriça. As mobilidades, incentivadas pelo mercado interno europeu, contribuem sem dúvida para circunscrever novos espaços utilizados pelos habitantes. A escala de tempo necessária para a transformação de espaços fronteiriços em um território transfronteiriço, num espaço vivido e apropriado pelos habitantes, constitutivo de uma identidade própria, é certamente muito longa. Ainda mais que os espaços transfronteiriços são objeto de representações complexas, que se opõem: aquela do território e da comunidade de pertencimento (que constrói a ideia de uma fronteira consolidada e protetora) e aquela do território das práticas cotidianas (que se faz através de uma fronteira apagada).

Estudar as representações da fronteira leva a perguntar aos entrevistados a respeito de sua definição do objeto em si, mas também sobre as trocas, as passagens e os marcadores. Isso significa igualmente interrogar a visão que cada um tem do Outro, do outro lado da fronteira, aquele que – numa zona transfronteiriça – é também o Vizinho, diferente, mas próximo. Enfim, isso provoca um questionamento sobre os papéis e os atributos da fronteira, seja ela considerada mais aberta ou mais fechada. Estudar a fronteira pelas representações conduz a ultrapassar as constatações geográficas (como as delimitações) ou políticas (como os tratados ou os conflitos). Os estudos indicam que, mesmo no contexto da União Europeia, sessenta anos após o Tratado de Roma, na era do euro, do mercado interno e da globalização, a fronteira interestatal permanece consolidada. Talvez ela não seja mais visível, exceto por sinais indiretos, mas a diferença entre países permanece não apenas marcada, mas útil, uma vez que está na base das travessias de fronteiras. Para os indivíduos residindo ou estudando na proximidade da fronteira e com práticas transfronteiriças recorrentes, a fronteira permanece um atributo importante, útil para proteger e garantir uma certa “identidade”. A definição clássica de fronteira, como a de Foucher (2007), que fala de uma descontinuidade

territorial com função de marcação política, uma instituição estabelecida por decisão política e associada ao estado westfaliano, está profundamente enraizada nas representações. Régis Debray escreveu, em 2010, que a fronteira tranquiliza, permite organizar e protege da “epidemia dos muros”. Hoje, as práticas alimentam a passagem da fronteira, as representações que podemos extrair dos nossos estudantes ou dos nossos usuários não ignoram o que está além da fronteira, o Vizinho. Mesmo que não estejam perfeitamente informados, utilizam a abertura da fronteira para atravessá-la e tirar proveito das diferentes condições entre os dois países. As respostas remetem mais a uma relação de cada um com o Outro, a uma troca – especialmente baseada numa assimetria – do que a uma fusão. Os resultados não preconizam um mundo “sem fronteiras”; a fronteira, mesmo a intraeuropeia, continua presente, até necessária, mesmo sendo pouco visível. Geralmente a fronteira é considerada útil. A fronteira, uma porta para o Outro, uma porta para se proteger, mas igualmente para atravessar.

Referências

- ABRIC, J.C. L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. In: GUIMELLI, C. (Ed.). Structures et transformations des représentations sociales. De-lachaux & Niestlé : Lausanne, 1994, p. 73-84.
- CONSIDÈRE, Sylvie. Quelle définition de la frontière chez des étudiants habitants d'une région transfrontalière? XIII Jornades Internacionals de Recerca en Didàctica de les Ciències Socials. Barcelona, 2016.
- DEBRAY, R. Éloge des frontières. Gallimard: Paris, 2010
- FLAMENT, C. Structure et dynamique des représentations sociales. In JODELET, D. (Org.). Les représentations sociales. PUF: Paris, p. 224-239, 2014.
- FOUCHER, M. L'Obsession des frontières. Perrin : Paris, 2007
- FRÉMONT, A. Recherches sur l'espace vécu. L'Espace géographique, v. 3, n° 3, p. 231-238, 1974
- GUENEBAUD, C. De la “frontière-ligne» au «corps-frontière”: les pratiques policières aux portes de l'Espace Schengen. Apresentação no XIV Colóquio Internacional BRIT. La frontière, une source d'innovation, Lille, 6 novembre 2014.

KOLOSSOV, V. Étude des frontières: approches post-modernes. *Diogène*, n. 210, 2005/2, p. 13-27, 2005.

JODELET, D. (Org.), *Les Représentations sociales*, Paris, PUF, p. 79-103, 2014.

ROUVIÈRE, L. Introduction. *L'Espace Politique*, n. 20, 2013/2. Disponible em: <https://doi.org/10.4000/espacepolitique.2696>.